

A CULPA É DE QUEM?!

a história de um crime imperfeito

“*Mea culpa, mea culpa, mea máxima culpa*”¹, essa expressão aparece no título do romance **Mea Culpa**, de Eduardo Mahon, é proferida por uma das personagens, a investigada Heloísa Maciel, na história em que ela confessa sua total culpa e responsabilidade pela morte da mãe, em um dia de Quarta-Feira de Cinzas. Um romance regado de surpresas e riqueza de detalhes que prendem o leitor à busca por encontrar a razão do crime, mesmo a culpada sendo ré confessa. A trama se desenrola envolta a “um caso de matrícula”, uma palavra que, segundo o nar-

rador-personagem, Ramalho, afirma ser “difícil de pronunciar”.

A narrativa possui enigmas e mistérios que envolvem investigadores policiais que tentam solucionar o crime, na busca por descobrir os responsáveis, o porquê e o como aconteceu o crime. Assim, **Mea Culpa** aproxima-se do romance policial, de onde destacam-se elementos que reforçam essa proximidade, como a presença de uma personagem suspeita (culpado) e um detetive. A tentativa em desvendar os mistérios e os enigmas do crime são envoltos em um ar de suspense, angústias e horror. De acordo com Albuquerque (1980, p. 2), o Romance Policial deve apresentar dois elementos básicos além do crime, sendo que o primeiro é a figura do

criminoso que representa o mal, o vilão da história, já o segundo é o detetive que representa o bem, o herói da história.

A narrativa apresenta inúmeras incertezas, conflitos, choque de ideias e possui personagens inseridas em seus terrores do cotidiano, amedrontadas pela burocracia de um sistema público brasileiro e pelos valores morais que são como fantasmas que os assombram; elementos que se aproximam dos crimes dos personagens memoráveis de Edgar Allan Poe em seus romances. A trama é, ainda, regada na base de reconstruções dos passos de um crime, essas um pouco menos meticulosas e enigmáticas do que as feitas pela dupla de detetives mais conhecida da ficção policial de Sherlock Holmes e Dr. Watson. Entretanto, a obra **Mea Culpa** é incrementada por personagens secundárias e misteriosas, contidas em seus dramas prosaicos e emblemáticos, em universos particulares que, de forma alegórica, transmite ao leitor o caos e o inferno do indivíduo comum que pertence à sociedade moderna. E lembra personagens coadjuvantes, porém icônicas, dos mais famosos romances policiais criados, por exemplo, pela “Rainha do Crime”, a escritora Agatha Christie.

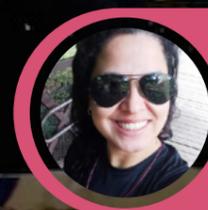
A princípio, o clima de terror e expectativa não é criado com o início da narrativa criminal do personagem delator, um escrivão de polícia com um pé na aposentadoria, cansado de tantas papeladas e burocracias que constituem o sistema do serviço público, personagem conhecida pelos seus camaradas de serviço como Ramalho. Mas o nervosismo do leitor, ou sua apreensão com a história de um crime inesperado se inicia na breve (porém não branda) apresentação do escritor sobre a sua obra. O autor faz questão de

dizer que a história narrada “aconteceu realmente. Se não aconteceu ainda, é uma questão de tempo. A realidade é um mero ponto de vista.” Segundo Aristóteles sobre o ato de contar a verdade (ou não verdade), não é obrigação do escritor “narrar exatamente o que aconteceu; mas sim o que poderia ter acontecido, o possível, segundo a verossimilhança ou a necessidade.” (ARISTÓTELES, 2007, p. 43).

O escritor chega a provocar dizendo que sua obra seria algo a ser investigado e que os críticos gastem “o dia e os olhos no microscópio analisando, letra a letra, este relato para descobrir a mentira que não se vê a olho nu.”. Esse teor de deboche e provocações é emitido pela voz desafiadora de Eduardo Mahon no prefácio do romance; assustando à primeira vista – ou tentando – o leitor que se meta a crítico: “Por que diabos as pessoas querem saber como a mágica foi feita?”. Com um aviso final, Mahon ainda continua com tom ácido ao destacar que essa história “é desaconselhada para menores de idade e pessoas com qualquer tipo de fraqueza emocional”

O romance possui alguns detalhes curiosos na estrutura, não é constituído por capítulos e, portanto, não há sumário. Existem apenas espaços que dividem a história central entre o relato confesso da auxiliar de enfermagem Heloísa Maciel e os relatos do escrivão, que funcionam como uma espécie de *insights* ou *flashes*. Alguns intervalos se apresentam entre parênteses, como ao falar da Delegacia de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP) e em que trilhos se encaminham o funcionamento dessa repartição pública, na qual o servidor Ramalho com plantão atrás de

[1] Trata-se de uma expressão latina cujo significado pode ser simplificado em “minha culpa”, comumente usada em missas ou confissões como um ato ou rito penitencial católico, na qual o fiel se culpa, e assume os seus pecados.



Juliane Regina de Souza Pereira

Graduada em Letras pela Universidade do Estado de Mato Grosso /UNEMAT. Mestranda no curso de pós-graduação em Estudos Literários, campus de Tangará da Serra/MT- UNEMAT. Professora de literatura na rede privada de ensino.

pereira.juliane@unemat.br

investigação, como reclamações relacionados à falta de subsídios ou de recursos básicos para a manutenção dos serviços prestados pela própria delegacia, onde, de acordo com o servidor, economizavam “não só a gasolina”, como também “copos de plástico, material de limpeza, grampo de alumínio, bobina da máquina de escrever”; também há relatos sobre a aversão que o personagem tem a jornalistas e advogados; para Ramalho, os “jornalistas bicam como urubus, mas os advogados rasgam a carne, como hienas”.

Esses dois personagens são importantíssimos na narrativa construída, sendo eles o jornalista Faustino, que mais atrapalhava que ajudava. Faustino tumultuava o rumo do inquérito usando reportagens sensacionalistas com manchetes como por exemplo “MULHER CONFESSA QUE MATOU A MÃE” acompanhadas de perguntas incessantes do porquê a DHPP demorava tanto para solucionar o crime. Outra personagem presente em quase todos os recortes também empacava o caminhar da investigação, mas ao mesmo tempo colaborava com suas considerações precisas e cirúrgicas obtidas pelo conhecimento magistrado, o Dr. Anísio, o advogado mais conceituado da cidade. Esse “advogado do diabo”, era assim que O JORNAL e a DHPP o identificavam, era como uma serpente que observava e rondava sua presa (DHPP), sempre à espreita para dar o bote certo e ganhar a causa inocentando a matricida.

Além do entravamento no caso investigado feito por ambos, o jornalista Faustino e o advogado, existiam os trâmites burocráticos, como já ditos, também responsáveis pelos obstáculos que a investigação criminal de uma repartição de serviço público enfrentava. O escrivão, em tom de lamen-

to, externaliza que no “serviço público, as coisas nunca se completavam”, e que a polícia era malvista pela população, na qual é retratada como ‘mal preparada, a estrutura é lenta, gasta muito e não apresenta resultados concretos’.

Nesses *insights*, Ramalho também contra-argumenta essa visão de uma polícia “truculenta”, uma visão de um homem de quase meia idade inserido em um mundo moderno que, segundo ele, esse novo mundo oferecia regalias aos marginais com essa história de direitos humanos e depreciava a fama da própria polícia. Nas “entrelinhas, queriam dizer que o criminoso é uma vítima da sociedade”. Ele ainda mais a frente frisa que: “Esse papo de vitimologia é para boi dormir”.

“Entrava governo, saía governo, e a obra não acabava”, desabafa o escrivão o “prédio novo que já tinha ficado velho, doze anos de construção sem fim”

A história se desenrola em maior parte do tempo na sede da DHPP que ocupava um espaço “perto da matriz e dos puteiros que abriam a partir das 23h”. “Entrava governo, saía governo, e a obra não acabava”, desabafa o escrivão o “prédio novo que já tinha ficado velho, doze anos de construção sem fim” e que se transformara em

“um elefante branco que fica próximo da Secretária de Segurança Pública”. Apesar da DHPP possuir três delegados, cada um apresentava suas características: o mais velho era o exemplar policial casca grossa que resolvia tudo a base de pancada, o Dr. Bibiano “matreiro, da velha guarda”; o segundo “transferido da Delegacia de Entorpecentes porque respondia a um processo cabeludo” o Dr. Almeida, e o terceiro era mais descolado e o mais criticado pelo escrivão o Dr. Gonzaga tinha 29 anos, de acordo com a definição de Ramalho o “cara era um pavão”, “cheio de nove-horas”, e o menino “passou em primeiro lugar numa universidade pública”. As diferenças dos delegados dão uma di-

nâmica na história, por meio do conflito de gerações, de ideias, cujos personagens eram moldados por valores morais aplicadas à sua época de nascimento, com experiências e ensinamentos distintos.

Ramalho se identificava com o método violento de doutor Bibiano e trocava farpas com os ideais “afrancesados” do Dr. Gonzaga, o escrivão pontua que a “libertinagem vai tomar conta. E onde tudo começou? Com a libertação dos costumes”. O narrador-personagem, ainda sobre policiais como doutor Bibiano, diz lamuriando que sente “saudades de tipos assim, que fazem as pessoas andar na linha” e que a problemática da resolução do inquérito sobre a morte da mãe só ocorre porque a “culpa é desse pessoal dos direitos humanos” e que de quebra os jornais “criticam a polícia: “truculenta” é o adjetivo que usam”.

Mea culpa reverbera a voz de um homem de meia idade que possui pensamentos conservadores e retrógrados, mas a contação da história engloba situações verossímeis como o descaso do poder público com os serviços prestados à população, assim como podemos ver pelas palavras do escrivão, a revelar que a quantia de três delegados não eram suficientes para cumprir a demanda de serviços, que pode até “parecer que três delegados é muita coisa para uma só unidade policial, mas não significava nada para a DHPP”. A Delegacia sofria com a falta de suprimentos essenciais e de funcionários, para esclarecer o não guarnecimento desse último, a Secretaria sempre ficava na promessa de enviar funcionários habilitados, porém justificava o desfalque dizendo que “os concursos careciam de autorização financeira”.

O enredo é levado por esse jogo de informações, de *flashbacks*, onde o escrivão sempre abismado por não entender o motivo pela qual o caso de matricídio não se dava por encerrado, sempre que abria o seu armário, “estava lá mofando o inquérito de Heloísa Maciel junto de uns outros três, sem solução aparente”. Ra-

malho destaca que “o caso da mulher que matou a mãe foi uma das investigações de maior repercussão” de sua carreira. O narrador-personagem compara o inquérito com uma peça de ficção e nesse tom irônico atrai o leitor sedento por saber se a matricida será condenada. Nesse formato, a narrativa consegue conduzir e reter a atenção de quem acompanha a trama, apesar do quase aposentado brincar com a ideia de que “não virou escritor porque não era” a sua praia, e que “isso era coisa de desocupado.”. O escrivão encerra a história dizendo que o “essencial é que o relato feito aqui é o mais próximo que aconteceu ou do que ainda pode acontecer algum dia”.

O romance **Mea Culpa** exhibe um jogo de sentidos e verossimilhanças que convoca o leitor a mergulhar em uma narrativa contada por um escrivão exausto de sua função, que expõe as problemáticas da vida cotidiana, como: o choque de valores morais, o descaso do sistema político, preconceitos estruturais como racismo, homofobia, transfobia e machismo, elementos que o narrador exhibe por meio das vivências de outras personagens que se apresentam no decorrer da narrativa. Assim, convido-os à viagem por inúmeras surpresas, caminhando de histórias em histórias, onde cada leitor pode encontrar novos e instigantes mistérios nos vazios do texto, uma trama contada em um estilo todo peculiar, sem papas na língua.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Paulo de Medeiros e. **O mundo emocionante do romance policial**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.

ARISTÓTELES. **A arte poética**. Tradução de Pietro Nasseti. São Paulo: Martin Claret, 2007.

MAHON, Eduardo. **Mea culpa**. 1 ed. Cuiabá: Carlini & Caniato Editorial, 2020.